



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - Fake News



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito este pedido de CONVOCAÇÃO do senhor Gustavo Bebianno Rocha para prestar depoimento.

JUSTIFICAÇÃO

A campanha de Jair Bolsonaro, em 2018, se caracterizou pelo uso massivo das redes sociais. Também foi característica da campanha a grande disseminação de *fake news*.

Diversos veículos de comunicação mostraram o funcionamento de grupos pró-Bolsonaro que divulgavam fake news via *WhatsApp*, aplicativo utilizado por mais de 120 milhões de brasileiros.

Segundo o site Congresso em Foco, de 123 fake news analisadas, durante as eleições de 2018, pelas agências de checagem Lupa e Aos Fatos, e pelo projeto Fato ou Fake, do Grupo Globo, 104 beneficiavam o candidato Jair Bolsonaro.

Outro estudo, organizado pela Avaaz, apontou que 98,21% dos eleitores do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) foram expostos a uma ou mais notícias falsas durante a eleição, e 89,77% acreditaram que os fatos eram verdade.

A Organização dos Estados Americanos, por sua vez, afirmou que a difusão de notícias falsas na eleições de 2018 foi um "fenômeno sem precedentes", inédito em todo o mundo.

Além das denúncias da utilização de *fake news*, o jornal Folha de São Paulo publicou denúncia da contratação de "disparos em massa" em redes sociais por empresários em favor de Jair Bolsonaro. Os contratos chegavam ao valor de 12 milhões de reais. Essa prática viola a legislação eleitoral.

A utilização das redes sociais para disseminação de *fakes news*, difamação e ataques pessoais aos adversários continuou após as eleições. O governo montou uma estrutura no Palácio do Planalto para atuar nas redes sociais. A imprensa denunciou a existência de um "gabinete do ódio" no Palácio do Planalto, em uma sala próxima ao Presidente da República. Esse grupo é comandado por Carlos Bolsonaro, filho do Presidente, e tem como tática o confronto e a radicalização do discurso, mantendo o clima de embate. A atuação do gabinete do ódio criou atritos até mesmo dentro da família Bolsonaro, entre Carlos e Flávio.

Em outra denúncia, foi noticiado o esquema dos "blogueiros de crachá". Segundo as reportagens, existe uma grande estrutura dentro do Palácio do Planalto, e de outros órgãos públicos, para atuação nas redes sociais. A militância virtual é responsável por promover ataques, difamações e pela divulgação de notícias falsas, inclusive contra membros do próprio governo.

A atuação desses grupos e o controle do setor de comunicação do governo, em especial das estruturas voltadas para atuação nas redes sociais, foi o motivo de uma série de conflitos e demissões dentro do Planalto. Gustavo Bebianno, então Secretário-Geral da Presidência, foi demitido após entrar em conflito com

Carlos Bolsonaro,. Outra vítima de Carlos foi o General Santos Cruz, então Ministro Chefe da Secretaria de Governo, que foi demitido em meio a disputa de controle da SECOM e de ataques da milícia bolsonarista.

Portanto, é inegável que o fenômeno das fake news teve grande influência e foi amplamente utilizado na campanha eleitoral de 2018, e no atual governo. É preciso, agora, descobrir os responsáveis pela disseminação dessas notícias falsas, e entender o *modus operandi*.

O senhor Gustavo Bebianno foi o presidente do Partido Social Liberal (PSL), partido do Presidente da República, e teve papel proeminente, inclusive como coordenador durante a campanha eleitoral de 2018. Começou a trabalhar com então candidato Jair Bolsonaro ainda em 2017 e foi o coordenador da campanha presidencial.

Gustavo Bebianno manteve grande proximidade de Jair Bolsonaro durante a campanha. O próprio Bebianno afirmou que foi um dos "principais articuladores na campanha", e que era uma "espécie de Bombril, mil e uma utilidades" para o Presidente.

Após a eleição, foi nomeado para o cargo de Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Foi exonerado do cargo em 18 de fevereiro após a revelação do esquema de candidaturas laranjas no PSL e atritos com um dos filhos do Presidente, o vereador Carlos Bolsonaro.

Portanto, como coordenador da campanha de 2018 e presidente do PSL durante a campanha o senhor Gustavo Bebianno tem a capacidade, e o dever, de esclarecer essas graves denúncias perante esta Comissão Parlamentar.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito este pedido de CONVOCAÇÃO do senhor Gustavo Bebianno Rocha para prestar depoimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

